

En un mundo en el que las ciudades han sido puestas en venta, asusta el conflicto, espanta que, de pronto, afloren los descontentos por los contentos pendientes, los agravios no resueltos, las humillaciones mal soportadas. Frente a esa amenaza, los planificadores y los poderes políticos y económicos a los que sirven, ponen en escena ciudades desconflictivizadas, en las que todo lo que ocurre sea amable y previsible. Se espera que lo que atraiga al turista o al inversor sean espacios urbanos confortables, hospitalarios, sin sobresaltos.

Urge por encima de todo la pacificación de las calles, el sosiego de los viandantes, que las multitudes desplieguen coreografías ordenadas y tranquilas por espacios permanentemente vigilados. Sus imaginarios habitantes son seres virtuosos, ávidos por colaborar con las autoridades y que se someten a las ordenes de obedecer sin nunca dejar de sonreír. Nada que desmienta esa imagen de ciudades en las que reina la concordia y el consenso, triunfo final de una clase media universal que ha hecho real su quimera de ver desvanecerse el espectáculo terrible de una realidad urbana hecha tantas veces de miseria y desesperación.

En este libro se recoge ejemplos de cómo en dos ciudades, Río de Janeiro y Barcelona, se ha intentado que la grandilocuencia y la soberbia de megaeventos olímpicos disimulen la verdad de ciudades que, como todas las ciudades, se alimentan de lo mismo que las altera: el conflicto. De espaldas o contra las grandes operaciones de maquillaje urbano, ni en Río ni en Barcelona, los solemnes discursos oficiales y la arrogancia de los fastos oficiales pueden hacer callar la voz antigua de las urbes, una voz que no conoce la calma, puesto que solo sabe de luchas y de pasiones.

Manuel Delgado

Professor titular do Departamento de Antropologia Social da Universitat de Barcelona, coordenador do Observatori d'Antropologia del Conflicte Urbà (Oacu)

ISBN 978-85-8316-038-0



9 788583 160380

Clube Favela
Machado-Martins e Veiga
(organização)

MEIVA VIEIRA DA CUNHA
LETICIA DE LUNA FREIRE
MAIRA MACHADO-MARTINS
FELIPE BEROCAN VEIGA
(ORGANIZAÇÃO)

ANTROPOLOGIA DO
CONFLITO URBANO
CONEXÕES RIO-BARCELONA



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LeMetropolitano
Laboratório de Etnografia, Antropologia Urbana e História

Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona
Neiva Vieira da Cunha; Leticia de Luna Preire;
Maira Machado-Martins e Felipe Berocan Veiga (organização)
© Lamparina editora

Conselho editorial

Carlos Bernardo Vahner (Uppur-UFRRJ)
Luiz Antônio Machado da Silva (Iesp-Uerj)
María Carman (UBA, Argentina)
Maria Lais Pereira da Silva (EAU-UFF)
Pedro José Garcia-Sanchez (U. Paris Ouest-Nanterre, France)

Revisão

Alvanísio Damasceno e Mariana Bard

Fotos da capa

Felipe Berocan Veiga (Santa Marta – Rio de Janeiro e Baral – Barcelona)

Todos os esforços foram feitos para reconhecer os direitos morais, autorais e de imagem neste livro. A Lamparina editora agradece qualquer informação relativa à autoria, titularidade e/ou outros dados que estejam incompletos nesta edição, e terá o maior prazer de fazer as acréditações necessárias na primeira oportunidade.

O texto deste livro foi adaptado ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, que começou a vigorar em 1 de janeiro de 2009.

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem etc. Estas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais.

Catálogo na fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros

A641

Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona

Neiva Vieira da Cunha; Leticia de Luna Preire;
Maira Machado-Martins e Felipe Berocan Veiga (organização)

1. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, LeMetro, 2016

50 exemplares, 296 p.: il.; 14 × 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8316-038-0

1. Antropologia

2. Humanidade

1. Cunha, Neiva Vieira da.

15-28495 CDD 306

CDU 316

Lamparina editora
Rua Joaquin Silva, 98, 2ª andar, sala 201, Lapa
CEP 20241-110, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel/fax 21 2252 0247, 21 2232 1768
www.lamparina.com.br
lamparina@lamparina.com.br

Giuseppe Aricó

Cientista social, doutorando em Antropologia Urbana (Universitat de Barcelona), pesquisador do Observatori d'Antropologia del Conflite Ura (Oacu) e do Grup de Treball sobre Etnografia dels Espais Públics do Institut Català d'Antropologia (GTEEP-ICA), membro do Grup de Recerca sobre Exclusió i Control Socials (Grecs) da Universitat de Barcelona.

Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos “condomínios populares” da avenida Brasil

Maíra Machado-Martins

A questão da moradia é um dos grandes problemas que atravessa o espaço e o tempo das diferentes sociedades humanas. A população mais atingida é sempre, sem dúvida, aquela de menor poder aquisitivo, que compõe os grupos sociais mais desfavorecidos e que enfrenta a questão da falta de realizações em relação a habitações dignas ao longo da história. A partir dessa falta de resposta por parte do poder público, essa população encontra, ela mesma, formas e estratégias para morar na cidade. Essas formas se caracterizam muitas vezes pela irregularidade jurídica, utilização clandestina dos terrenos ou até pela ausência de um ordenamento espacial. Ao analisar os diferentes modos de moradia popular e sua evolução em relação à cidade, é inevitável defrontar-se com os conflitos intrínsecos ao território, tanto no que diz respeito às divisões sociais do espaço urbano (Abreu, 1997) quanto nas delimitações de fronteira (simbólica e física) entre público e privado dentro do espaço de moradia coletiva. O que esses conflitos nos ensinam sobre as relações entre a construção do espaço de moradia e o comportamento dos indivíduos nesse espaço? É esta a questão que nos orientará ao longo deste artigo: as influências mútuas entre espaço e comportamento, especialmente em locais de moradia e aplicadas a um estudo de caso.

Esta pesquisa se concentra sob uma nova forma de moradia popular caracterizada pela ocupação, por uma população de baixa renda, de imóveis de função industrial abandonados e sua reconversão em moradia pelos próprios habitantes. Tais ocupações, que serão aqui denominadas de *invasões*¹, se ini-

1. Entre o uso dos termos “ocupação” e “invasão” para caracterizar o tipo de moradia que

ciaram no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se situam à beira da avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, localizadas entre a referida via e a ferrovia onde a companhia de trens urbanos Supervia opera o ramal Saracuruna. Três invasões vêm sendo pesquisadas: Condomínio Areias Brancas, Batidão e Monte Castelo; a última foi escolhida como estudo de caso sob uma perspectiva etnográfica.²

A pesquisa empírica nas invasões foi iniciada no final do ano de 2006 e se dividiu em duas fases, de acordo com a continuidade do trabalho de campo: a primeira fase, de 2006 a 2009, e a segunda iniciada em 2013. Em primeiro lugar, a ruptura do trabalho empírico nas invasões por um período de quase quatro anos provocou uma descontinuidade no processo de pesquisa, ocorrendo um distanciamento necessário em relação aos interlocutores envolvidos e também no próprio olhar da pesquisadora em relação ao "objeto estudado". Em segundo, contribuiu igualmente para o início de uma análise sobre as transições no espaço, nas relações interpessoais e nas representações da moradia para os habitantes das invasões, que desejamos apresentar neste artigo.

Inicialmente apresentaremos as características gerais das invasões para demonstrar as particularidades que levaram ao estudo dessas moradias. Em seguida, tomaremos o estudo de caso "Monte Castelo" como objeto da análise, tendo em vista que essa invasão vem sendo observada mais profundamente desde o início da pesquisa.

Primeiras definições:

as particularidades observadas nas invasões da avenida Brasil

As três invasões apresentam muros e portas ou portões de acesso. No interior, encontramos unidades de moradia particulares (casas ou apartamentos) e espaços coletivos de uso comum. Cada invasão apresenta um síndico, responsável por representar os moradores em procedimentos de legalização e também por administrar todo tipo de problema no seu interior, de conflitos entre vizinhos até problemas de ordem técnica, como o rompimento de tubulação de esgoto. Os habitantes pagam uma "taxa de condomínio", que corresponde ao processo de construção e conversão do local em moradia.

2. Com o objetivo de preservar a identidade e segurança dos moradores, foram omitidas as informações que revelam a localização exata das invasões, assim como o nome das favelas de origem. Pelo mesmo motivo, o nome real das invasões e também dos entrevistados foram modificados.

pode normalmente aos gastos coletivos, como faxineira, porteiro, consertos e manutenção.

Situadas em grandes terrenos de produção industrial – cuja área varia de 3.800 m² a 12.000 m² –, as invasões já apresentavam as redes de infraestrutura básica em seus terrenos e edificações, como água, energia elétrica e esgoto. Os moradores adaptaram e prolongaram as redes de acordo com a conformação das moradias, sendo todos eles atendidos. Algumas invasões apresentam redes legalizadas, outras não.

Na primeira fase da pesquisa empírica foi constatado que essas invasões se apresentam como uma forma distinta de habitação popular. Podemos citar três pilares que afirmaram a particularidade dessa forma de habitação:

- a) a dimensão simbólica – para alguns dos moradores entrevistados na época, a invasão não se caracterizava como uma favela e oferecia soluções alternativas para aqueles que desejaram partir. A instalação na invasão pôde representar ainda uma conquista importante no percurso residencial para alguns;
- b) a produção do espaço de moradia – pelo fato de tanto o terreno quanto os prédios no interior da invasão terem sido espaços destinados à função industrial, as invasões passaram por um processo de conversão realizado pelos próprios moradores. Assim, o espaço foi construído a partir da estrutura original dos imóveis presentes no terreno. No galpão existente, por exemplo, os moradores aproveitaram a presença das vigas e pilares na construção definindo renques de casas, enfileiradas ao longo de largos corredores paralelos e circulação;
- c) a organização social do espaço coletivo – a presença de muros que circundam o terreno, de portões que são fechados durante a noite, de porteiros vigiando a entrada e de síndicos (às vezes eleitos pelos moradores) contribuiu para uma apropriação particularizada do espaço das invasões, reproduzindo padrões característicos dos condomínios de classe média e alta do Rio de Janeiro, por exemplo os condomínios fechados (Machado-Martins, 2014b).

Todas essas características, comuns às invasões estudadas na avenida Brasil, nos levaram a denominar essa forma de moradia como "condomínios populares", ou *copropriétés de fait* (Machado-Martins, 2014a), na primeira fase da pesquisa empírica, pela semelhança com a organização condominial da "cidade formal". O retorno ao campo em 2013, no entanto, revelou novos dados e perspectivas sobre as invasões. A partir de uma análise comparativa e temporal, reunimos os relatos sobre o processo de ocupação do Monte Castelo, os dados da pesquisa empírica ao longo destes anos e as atuais transformações observadas nessa invasão. Apresentaremos, a seguir, essa análise, que sugere três fases do desenvolvimento do condomínio (ou invasão) Monte Castelo: o início, a consolidação e o declínio.

O início da invasão "Monte Castelo"

É importante ressaltar a "inovação" no processo de ocupação de terrenos industriais, no que diz respeito à adaptação do espaço de moradia. Se compararmos esta forma de instalação com grande parte das favelas autoconstruídas na cidade do Rio de Janeiro, temos um contexto diferenciado na conformação da moradia. Apesar de ambos os casos apresentarem uma ocupação progressiva do espaço e dificuldades no período inicial de estabelecimento da população, temos processos e investimentos distintos em cada caso. Nas favelas autoconstruídas, os primeiros moradores precisam desbravar o espaço, considerando que os mortos da cidade são originalmente cobertos pela vegetação da Mata Atlântica. A construção do espaço de moradia se inicia em um espaço selvagem, pois é necessário limpar o terreno da vegetação, abrir e construir caminhos que liguem as casas aos acessos da cidade, suas ruas, e construir uma infraestrutura mínima para se manter nesse espaço. Desse ponto de vista, os "condomínios populares" da avenida Brasil possuem outra condição para a adaptação do espaço em moradia. Primeiramente, os terrenos já apresentam redes de água, esgoto e eletricidade, sendo apenas necessário efetuar sua expansão para as unidades de habitação. Esses terrenos são igualmente integrados ao tecido urbano, com localização privilegiada em relação à rua e muito próximos de pontos de ônibus, onde circulam diversas linhas que ligam a Zona Oeste ao Centro da cidade.

A história relatada pelos primeiros ocupantes do Monte Castelo, entretanto, revela as dificuldades específicas e atuais de uma ocupação de imóvel construído. A antiga fábrica de autopeças que funcionava no terreno fechara suas portas em 1996, após ter decretado estado de falência. O vigia da empresa que ficara no terreno recebe alguns conhecidos que, declarando dificuldades em relação à moradia na favela de origem, localizada na Mare,³ pedem para morar provisoriamente no imóvel fechado. Em junho de 2000, um grupo maior de conhecidos, familiares e vizinhos, moradores da mesma favela, se organizou para entrar e ocupar a antiga fábrica. Foi nesse momento que se iniciou o processo de conversão do espaço, que foi atrairdo progressivamente novos ocupantes em busca de locais para construir suas casas, seja dentro dos prédios, seja nos espaços livres do terreno. Segundo os testemunhos, as primeiras semanas foram de grande dificuldade: muito lixo, restos de madeira das antigas divisórias utilizadas no prédio administrativo da empresa, muitos ratos e baratas e falta de eletricidade, cujo fornecimento havia sido inicialmente cortado pela empresa concessionária Light. As dificuldades também eram enfrentadas nos momentos de forte chuva, quando as casas ainda possuíam estrutura provisória, construídas com materiais encontrados no interior

3. A Mare (ou Favela da Mare) é um conjunto que agrupa 16 comunidades, sendo a primeira (Morro do Timban) com ocupação iniciada em 1940. Reconhecida oficialmente pela Prefeitura como bairro, a Mare apresentava, segundo o último censo realizado (Censo Mare, 2000), uma população total de cerca de 132.000 habitantes (Casam, 2003).

do terreno. Os alargamentos no interior das habitações e a força do vento desfriam por vezes as ainda frágeis moradias.

A provisoriedade inicial do espaço de habitação apresenta outras significações no caso das invasões, o que revela mais diferenças em relação às antigas favelas autoconstruídas, que em muitos casos deveriam manter-se provisórias por determinação jurídica (Gongalves, 2013). Por se tratarem de propriedades privadas, os terrenos e imóveis que são objeto de ocupação são passíveis de reintegração de posse, o que requer todo o cuidado no processo de reconversão do espaço, prolongando a situação transitória. Após a entrada no terreno, os ocupantes aguardam algumas semanas antes de construir de forma perene e evitam qualquer alteração de grande custo no interior. As insalubres moradias e evitam qualquer alteração de grande custo no interior. As insalubres moradias são coletivas e improvisadas, é feita uma limpeza do terreno e não há qualquer modificação na fachada, portas de acesso à rua etc. A criação é fundamental para não chamar a atenção dos passantes para o prédio. Esse primeiro momento de resistência no local, diante de tantas dificuldades, representa uma espécie de "seleção natural" da invasão, já que muitos desistem e acabam partindo, enquanto os que ficam contam com orgulho como houve melhorias desde então. Tão logo o fantasma de expulsão se afasta para os habitantes, inicia-se o momento de apropriação do espaço, em vista da permanência e investimento daqueles que o ocupam. Iniciam-se as construções em alvenaria, que depois serão pintadas; instalam-se revestimentos de solo nos corredores que dão acesso às casas; e os moradores se reúnem para discutir propostas e possibilidades para os espaços de uso comum.

Esse processo inicial de ocupação dos locais foi relatado pelos mais antigos moradores do Monte Castelo com certa nostalgia, designando-o como "tempo áureo" da invasão, "onde todos se conheciam, havia mais união e festa" (relato de Liana, moradora do Monte Castelo desde 2000, em entrevista concedida em maio de 2008). Os primeiros ocupantes entregavam-se e reuniam-se para "bater laje" dos companheiros, ocasião em que aproveitavam para fazer um churrasco, dançar e comemorar. As dificuldades enfrentadas no momento da ocupação do terreno foram narradas como uma trajetória importante na construção do lugar, onde fica evidente a proximidade entre os primeiros moradores. Ao descrever os problemas existentes naquele momento, como as inundações, os moradores fazem referência aos vizinhos da época como agentes fundamentais nos momentos de sufoco, abrigo à família, ajudando com crianças. As estratégias de sobrevivência e de resistência, tendo em vista a possibilidade de expulsão inicial, e a organização do espaço ocupado necessitaram também da união dos primeiros ocupantes, como é igualmente relatado em certos estudos sobre *squats*⁴ de moradia na França e em ocupações de grupos militantes pelo

4. Os *squats* são ocupações ilegais de imóveis, em desuso ou abandonados, para uso residencial, artístico ou profissional (cooperativas). Os *squats* são frequentes em países europeus como França, Alemanha, Inglaterra, Suíça etc.

direito à moradia em prédios públicos do Rio de Janeiro (Mamari, 2008). Florence Bouillon (2009) descreve o “esforço de instalação” em um *squat* na cidade de Marseilha, semelhante ao que foi relatado pelos habitantes do Monte Castelo: elaboração de projetos para áreas de uso comum, divisão de tarefas para a limpeza e adaptação inicial dos locais (sobretudo crianças e idosos) e distribuição de responsabilidades entre os ocupantes. Seja qual for o caso de ocupação de locais abandonados para sua utilização em moradia, todos os interesses se envolvem no processo em busca de um mesmo objetivo e é, a partir desse processo, que se iniciam os vínculos de solidariedade, que passam a ser atrelados à construção gradativa do espaço de moradia. O vínculo se estabelece, então, entre os moradores e entre estes e o espaço.

O Monte Castelo no início da pesquisa

No momento da chegada desta pesquisadora ao Monte Castelo, seis anos após o início da ocupação, a invasão se encontrava completamente reconstruída em moradia e consolidada, tanto do ponto de vista físico, quanto de sua população local. A localização das residências dos primeiros ocupantes revelava a progressão dos locais ocupados dentro da antiga usina: primeiro o prédio principal, que foi dividido em apartamentos; e em seguida a área livre, que formava um pátio interno onde foram erguidas algumas casas e uma praça foi construída, com direito à piscina, palco e churrasqueira. O assentamento definitivo da invasão e a construção de equipamentos coletivos foram determinantes na atração de outros moradores, provenientes em grande parte – mas não exclusivamente – de favelas do entorno.

O síndico na ocasião, Carlos, fazia parte do grupo dos primeiros ocupantes. Seu pai, já falecido, foi um dos líderes que reuniu amigos e vizinhos da favela de origem, localizada na Maré, para organizar a entrada na antiga usina. Após a entrada desse primeiro grupo, outros conhecidos da mesma favela vieram tentar a sorte no terreno, que ainda se encontrava em situação de precariedade. Dessa forma, Carlos era uma figura conhecida de todos no Monte Castelo: carismático, acessível e “boa-praça”.

Nesse momento, a presença do síndico revela-se importante na invasão por duas razões. Primeiro como representante da população, pois o Monte Castelo foi assessorado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) no processo de legalização da invasão entre 2004 e 2005. A escolha do representante da comunidade foi feita por meio de eleição organizada pela equipe do Iterj, com registro em ata dos participantes. Carlos foi o único candidato, escolhido por aclamação, tornando-se responsável tanto por representar a população diante de empresas fornecedoras de água e energia quanto por resolver qualquer problema de ordem técnica dentro da invasão, como rompimento de tubulação de esgoto, queda de energia e ainda even-

tuais conflitos internos. O síndico tem também o papel de agente regulador do espaço de moradia que se encontra consolidado e populoso. Estabelecem-se, assim, normas básicas para convivência dos moradores, como a interdição de música alta e barulho após as 22h.

Chegamos, assim, à segunda razão que leva à presença do síndico como importante ator dentro da invasão, pois, além de estabelecer as normas, é necessário fazer respeitá-las. Carlos era responsável pelo equilíbrio social do espaço de moradia, sendo procurado para resolver toda sorte de conflitos entre moradores, de brigas de casal às desavenças entre vizinhos. O papel do síndico do Monte Castelo englobava também o de juiz, de conselheiro e ainda de representante da milícia que atua na região. Mesmo não sendo policial, e ainda que antigo morador da favela Parque União, conhecido dos primeiros ocupantes, Carlos cobrava a “taxa de condomínio”. Cercada de polêmica, a taxa cobria despesas coletivas, como salário de dois porteiros (dia e noite) e uma faxineira, mas, quando calculada pelo número de residências, ultrapassava (e muito) o valor de três salários mínimos da época. Sua figura era repudiada por alguns, que argumentavam que o valor pago não era revertido em benefício da invasão, mas incorporado pelo síndico; no entanto, era aceita por outros, que se beneficiavam de sua amizade ou faziam parte de sua família. A partir da apresentação do síndico, os moradores mais antigos do Monte Castelo dividiam-se então em dois grupos principais: aqueles que eram contra e os que eram a favor de sua presença. Como em qualquer agrupamento de moradia submetida a um poder paralelo ao Estado e ilegal, a tomada de posição pelos moradores da invasão em relação à liderança não se fazia de forma radical, nem ao menos evidenciada. No entanto, por observações e discussões ao longo do tempo com os interlocutores desta pesquisa, a existência desses “grupos”, e inclusive seus locais de encontro, tornava-se aos poucos perceptível.

Nesse momento, que pode ser considerado o ápice da invasão do ponto de vista da formação comunitária e de uma organização interna particular em relação à moradia de origem, a solidariedade entre os moradores dilui-se e flexibilizou-se em relação à fase anterior, caracterizada pela ocupação dos espaços. Se no momento inicial da ocupação ela se estendia a todos e entre todos os primeiros ocupantes, os vínculos agora se tornam seletivos e se mantêm somente entre aqueles que estabelecem uma afinidade, caracterizando uma “terceira solidariedade” (Ascher; Godard, 1999), posterior àquelas descritas por Émile Durkheim (1893). Mas a “solidariedade reflexiva”, assim denominada pelos dois sociólogos franceses, caracteriza-se por vínculos mais frágeis e flexíveis por se basearem em relações sociais mais diversificadas, ou menos homogêneas, do ponto de vista econômico e cultural. A solidariedade dentro da invasão se especializa e se revela nos espaços por meio dos encontros de grupos em bares específicos no Monte Castelo, tomando uma cerveja ao som de música e conversando. É interessante notar que a presença de grupos autônomos em relação à atuação do síndico ou à presença da milícia não revelavam

rivalidades no espaço ou desconforto em relação ao conjunto da moradia. Os primeiros ocupantes falavam frequentemente com orgulho da construção de suas casas naquele antigo terreno de usina, dizendo-se satisfeitos em morar na invasão, e muitas vezes declarando preferir morar ali do que na favela de origem. A pesquisa empírica nesse momento revelou o Monte Castelo como uma alternativa e sugeriu um equilíbrio presente no espaço de moradia e nas relações que ali se estabeleciam.

O início do fim?

O retorno ao Monte Castelo, em 2013, foi marcado por muitas transformações. A primeira delas foi a partida do antigo síndico, Carlos, e sua esposa, do Rio de Janeiro. Ele manteve seus imóveis alugados e ainda vem frequentemente visitar a família e seu filho, que permaneceu morando na invasão. O novo síndico, Sílvio, é também responsável pela administração da invasão "Batidão", tendo sido igualmente responsável pela ocupação dessa antiga fábrica de roupas íntimas, vizinha do Monte Castelo. Diferentemente do antigo síndico, Sílvio não mora em nenhuma das duas invasões, apesar de possuir imóveis no Batidão. Evangélico recentemente convertido e conhecido pelos moradores da região, Sílvio demonstra menos proximidade com os habitantes do que Carlos, comportando-se mais como um administrador e aparecendo eventualmente nas duas invasões, o que o tornava consequentemente menos acessível.

As mudanças ocorridas no espaço da moradia foram igualmente importantes. O número de construções cresceu de forma ainda mais impressionante do que foi observado em outros momentos da pesquisa empírica, desenhando uma nova configuração do espaço interno do Monte Castelo: são cada vez mais raros os espaços comuns dentro da invasão, seja de uso coletivo ou de simples circulação. Os equipamentos coletivos que ainda resistem não têm manutenção, e as novas habitações são implantadas em qualquer resíduo de espaço em que seja possível "subir" quatro paredes para apoiar um teto. Os pequenos lances vão sendo construídos em espaços que antes eram destinados ao lazer dos moradores do antigo "condomínio", como a quadra de esportes, revelando indícios da nova gestão da associação de moradores e reproduzindo a imagem das favelas cariocas.⁵

O comportamento dos habitantes é igualmente revelador das transformações. Os próprios moradores não demonstram cuidado com o espaço comum, e é possível observar o lixo sendo jogado através de janelas, acumulando-se a poucos metros das portas da habitação. A rede de vizinhança formada no interior do espaço de moradia também sofreu alterações. Antes, o assentamento do piso nos corredores do antigo galpão se fazia através de um acordo entre os moradores interessados, que rateavam o custo e revestiam o corredor por completo, o que mostrava a importância do investimento coletivo em um espaço considerado do grupo. Atualmente observamos um mosaico de diferentes revestimentos na frente de cada fachada, o que manifesta a quebra dessa rede de vizinhança. Não há mais negociação ou busca de solução coletiva, e sim ações individuais em um espaço que hoje apresenta alta rotatividade de moradores e, consequentemente, menos tempo de permanência no interior do "condomínio" e para a construção de uma rede sólida de entrelaçada.

Outra mudança no espaço que aponta para a produção de conflitos no interior do Monte Castelo é a presença cada vez mais recorrente de grades, portões e cadeados nos acessos. A progressão de dispositivos de proteção dentro de um espaço que antes sugeria o uso coletivo é, no mínimo, curiosa: de que se protegem os moradores? De vizinhos indesejáveis? Dos inconvenientes da degradação física e moral do espaço comum?

Como ação complementar a essas práticas, observamos a presença de algumas regras estabelecidas pela associação de moradores que são alinhadas pelos corredores da invasão. A

As dessas regras parecem ter sido produzidas a partir de conflitos freqüentes e diminuindo o volume de aparelhos sonoros após as 22h, e

- necessidade de comunicação de moradores em caso de organização de festas e eventos, com prazo de 15 dias de antecedência, lembrando que após o evento o organizador deverá se responsabilizar pela limpeza do local, correndo o risco de ser penalizado se essa determinação não for cumprida;
- não obstruir os corredores e acessos comuns com mesas, cadeiras ou equipamentos de som;
- responsabilidade dos donos de animais domésticos em recolher as fezes e limpar a urina caso seus animais sujem os espaços comuns da invasão;
- pagamento em dia da taxa mensal de contribuição à associação de moradores, para assim garantir o recebimento de suas correspondências pessoais (as correspondências chegam com o mesmo endereço e são tiradas na sala da associação, onde cada morador vai retirá-las).

Algumas dessas regras já existiam há alguns anos e os moradores tinham conhecimento da sua existência, o que não significava a ausência de conflitos. O que a exposição dessas regras em espaço público (nas dentro da invasão) representaria de fato? Pode sinalizar os conflitos mais frequentes no espaço de moradia ou seria um dispositivo que busca frear o aumento da precariedade do espaço? Ou, ainda, a maior rotatividade de moradores na invasão tornou necessária a exposição das regras, para conhecimento geral?

Por último, temos como aspecto revelador das transformações do espaço e

das práticas o fato de a grande maioria dos primeiros ocupantes (os moradores mais antigos) ter deixado o Monte Castelo. Somente um dos moradores, interlocutor durante todo o período de pesquisa, ainda mora na invasão. Segundo ele, os outros retornaram às favelas, em grande parte localizadas na Maré e em comunidades de origem da maior parte dos primeiros habitantes. Ele mantém contato com grande parte deles. Ao longo dos anos de pesquisa foi observado que muitos moradores vendem ou alugam suas casas nas invasões, retornando tempos depois na condição de novos proprietários ou locatários. Muitos se diziam cansados daquele espaço de moradia, outros se divorciaram, outros ainda sentiam necessidade de estar mais próximos de parentes que haviam ficado na favela. Esse movimento "pendular" era animado pelo malogro de certas escolhas e do retorno para as instalações da antiga usina, proporcionado pelas facilidades de oferta de novas "locações" e operações de "compra e venda", nos termos do mercado informal, de casas e apartamentos no interior do Monte Castelo. Atualmente, entretanto, este movimento de idas e vindas da favela para a invasão e da invasão para a favela não se verifica com a intensidade anterior, o que nos leva a questionar as razões para sua atenuação.

Reflexões, mais do que conclusões

O caso da invasão "Monte Castelo" parece revelar a mutualidade existente entre o desenvolvimento do espaço de moradia e as relações que ali se estabelecem, dos habitantes entre si e destes com o dito espaço. Tentaremos, aqui, à guisa de reflexão, expor as relações que nos parecem por ora mais claras.

O momento inicial, caracterizado pela ocupação e reconversão do espaço, definiu os atores que fizeram o Monte Castelo se tornar uma realidade. Diante de dificuldades enfrentadas na favela de origem pelos ocupantes, como o medo de criar os filhos e "perdê-los" para o tráfico de drogas, ou o "morar de aluguel", os primeiros ocupantes venceram os obstáculos e se tornaram proprietários de suas casas na antiga usina. O ápice da invasão, momento da consolidação das moradias, da construção de equipamentos de uso coletivo e de grande valorização do espaço de moradia (o que podia ser evidenciado tanto no discurso dos moradores quanto no aspecto das habitações), foi acompanhado de um crescimento acelerado e não suportado pela estrutura física do espaço. Em seguida, a invasão entrou em um processo de degradação por conta, sobretudo, do grande aumento do número de moradores e da gestão indevida do local. Mas outro fator importante de aceleração desse processo foi a partida dos mais antigos moradores e primeiros ocupantes do Monte Castelo. Partiram, com eles, a memória e a história de construção do espaço de moradia, que, além de não se perpetuarem através das gerações de crianças que nascem e crescem nessa invasão, também não se transmitem aos novos moradores.

Identificamos nesse processo um círculo vicioso. A degradação se iniciou

quando não havia mais apropriação do espaço pelos moradores da invasão. Essa apropriação só é possível, como já evidenciaram Mello e Vogel (1983), quando há significação e atribuição de valor ao espaço pelos indivíduos. Se os novos moradores do Monte Castelo já encontram um espaço onde não há cuidados da parte dos administradores e dos moradores, que se encontra consolidado e progressivamente degradado, eles não reconhecerão aquele espaço como um *chez soi*. Por outro lado, quando os atores no processo de construção do lugar deixam definitivamente a invasão, é um sinal de disfunção importante. A partida da maior parte dos mais antigos moradores evidencia que os benefícios que os trouxeram até ali, fazendo-os ingressar na empreitada de reconversão da antiga usina, estão em risco. Dessa forma, os habitantes que se instalaram, o fazem de forma a não criar vínculos neste espaço, já que não há perspectiva de estada a longo prazo nem sentimento de pertencimento ao lugar. Muitas vezes eles terminam por participar também do processo de degradação, sem se preocupar com o entorno de suas residências. O círculo se fecha e se acelera com a gestão do síndico, que não realiza intervenções capazes de renovar o sentido do espaço comum, que deveria ser *coletivo*.

Referências

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.
- ASCHER, François; GODARD, Francis. Vers une troisième solidarité. *Esprit*, n.258, p.168-189, 1999.
- BOUILLON, Florence. *Les mondes du squat*. Paris: PUF, 2009.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDARIAS DA MARÉ (Ceasm). *Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados*: Censo 2000. Rio de Janeiro: Ceasm, 2003.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 2007 [1893].
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas, Editora PUC-Rio, 2013.
- MACHADO-MARTINS, Maira. *Habiter une ancienne usine à Rio de Janeiro*: les invasions de l'avenida Brasil. Paris: L'Harmattan, 2014a.
- . Alternativas para a moradia popular no Rio de Janeiro: ocupação e reconversão de usinas na avenida Brasil. In: ALVIM, Angélica; SANTOS JUNIOR, Wilson (orgs.). *Anais da III Encontro - Arquitetura, Cidade e Projeto*: uma construção coletiva (CD-ROM). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014b.
- MAMARI, Fernando. *Se morar é um direito, ocupar é um dever!* As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Lições da ruar: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura Revista*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, v.1, n.1, p.67-79, 1983.

Esta pesquisa foi realizada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsa de Pós-Doutorado Junior (PDJ).

Maira Machado-Martins

Arquiteta e urbanista, doutora em Estudos Urbanos e Planejamento Urbano (Université Paris-Est), professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/Hes-UFRJ), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InfAC/UFPF) e do Laboratório de Pesquisa em Estudos Urbanos (Lab-Urba / Université Paris-Est).